

A ESCOLARIZAÇÃO DO DESENHO NA ESCOLA NORMAL DE BELO HORIZONTE (1906-1946)

Ismael Krishna de Andrade Neiva¹
Thais Nivia de Lima e Fonseca²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre o processo de escolarização da disciplina denominada Desenho, ocorrido no âmbito da Escola Normal de Belo Horizonte, entre os anos de 1906 e 1946. Utilizando de referenciais teóricos vinculados à história das disciplinas escolares, o texto propõe demonstrar como os argumentos favoráveis a um ensino de desenho geométrico disputaram espaço nos programas e currículos oficiais com os argumentos favoráveis a um ensino de desenho de viés mais artístico, embasado em postulados advindos das academias de Belas Artes. O artigo apresenta, então, as disputas entre esses dois pontos de vista, apontando as rupturas e permanências desses discursos na Escola Normal de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Ensino de Desenho. Escola Normal de Belo Horizonte. História das disciplinas escolares.

ABSTRACT

This article aims to present a brief overview of the process of school discipline called drawing, occurred under the Normal School of Belo Horizonte, between the years 1906 and 1946. Using the theoretical frameworks linked to the history of school disciplines, text proposes to demonstrate how the arguments in favor of a geometrical drawing teaching vied space in the official programs and curricular with the arguments in favor of a teaching more artistic bias design, based on assumptions arising from the academies of Fine Arts. The article presents, then the disputes between these two points of view, pointing out the ruptures and continuities of these discourses in the Normal School of Belo Horizonte.

Keywords: Teaching Drawing, Normal School of Belo Horizonte, History of school disciplines

INTRODUÇÃO: Breves apontamentos sobre a história das disciplinas escolares.

Dentre as várias temáticas abordadas pela historiografia da educação, a história das disciplinas escolares vem sendo bastante utilizada, metodologicamente, como maneira

¹ Doutor em História da Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador associado ao Centro de Pesquisa em História da Educação – GEPHE/UFMG. E-mail: ismakrish@yahoo.com.br.

² Doutora em História e Professora de História da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: thaisnlfonseca@gmail.com.

de auxiliar na melhor compreensão das diversas disciplinas e campos do conhecimento inseridos nos ambientes escolares. Segundo André Chervel (1990), as disciplinas escolares devem ser estudadas historicamente e contextualizadas conforme os papéis exercidos pelas escolas nos diferentes momentos históricos. O autor defende as disciplinas escolares como autônomas e produzidas no interior das culturas escolares, possuindo objetivos próprios e específicos. Em sua argumentação, Chervel entende a escola como uma instituição que obedece a uma lógica da qual participam vários agentes internos e externos, mas que deve ser considerada como lugar de produção de um saber próprio. Os fatores de ordem interna se relacionam às condições próprias de trabalho na área e os externos são normalmente atribuídos ao contexto sócio-político-cultural que originou a disciplina em questão. Neste sentido, as disciplinas não devem ser consideradas como meras metodologias de ensino. A partir da ideia da escola como lugar de produção de conhecimento, as disciplinas escolares devem ser vistas como integradas a uma cultura escolar para facilitar as análises e permitir o entendimento das relações estabelecidas com o exterior e com a cultura geral das sociedades. Os conteúdos e métodos das disciplinas não devem ser entendidos de maneira separada, não sendo meras adaptações de saberes produzidos em outras esferas, como a academia, por exemplo.

Ao analisar as diversas vertentes da história da educação que se propuseram a estudar a história das disciplinas escolares, destacam-se a inglesa e a francesa. Na vertente inglesa, os estudos se iniciaram nas chamadas análises dos currículos e tem Ivor Goodson como seu principal pensador. Goodson (1995) se aproximou dessa temática ao atuar como professor secundário, lecionando disciplinas não convencionais, como Estudos Ambientais e Estudos comunitários e rurais, disciplinas essas com status inferior às tradicionais, ligadas às ciências, à matemática e à língua inglesa. Apesar daquelas disciplinas não serem reconhecidas academicamente, possuíam grande apreço para com os alunos, o que fez Goodson centrar suas investigações nas disciplinas escolares como sendo um produto social, historicamente construído. Seus estudos se desenvolveram sob a influência da Sociologia da Educação, concentrando as análises na interação cotidiana entre o professor e o aluno, nas ideologias e materialidades que impedem ou estimulam as inovações curriculares e na história das disciplinas escolares. Para Goodson,

A investigação e a teoria curriculares devem começar por investigar de que modo se constrói hoje o currículo e como os docentes o aplicam de imediato, de acordo com as circunstâncias. É preciso que comecemos por

entender como se produz atualmente o currículo e porque as coisas acontecem e como acontecem.

(Goodson, 1995, p.79)

Percebe-se em Goodson a necessidade de se estudar historicamente os currículos, priorizando as análises relacionadas aos currículos ditos prescritos e a sua construção por parte dos grupos de professores e de suas estruturas disciplinares em transformação. Para o pesquisador britânico, o currículo se forma em vários níveis diferentes e em lugares distintos, não sendo uma simples reprodução em sala de aula do texto oficial contido nos pareceres ou diretrizes. Tais diretrizes são encaradas mais como uma indicação do fazer pedagógico oficial do que a realidade prática e cotidiana, construída na interação diária entre os professores e alunos.

Na vertente historiográfica francesa, os estudos sobre as disciplinas escolares se iniciaram da necessidade dos professores estudarem a história e o desenvolvimento curricular das disciplinas por eles lecionadas. Esses estudos estão relacionados ao desenvolvimento da história cultural no campo da cultura escolar. Para Dominique Julia,

Cultura escolar está formada por um conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão e assimilação de tais saberes e a incorporação destes conhecimentos.

(Julia, 2001, p.09)

Chervel (1990) avança nessa conceituação e define que a cultura escolar não é aquela que se adquire na escola, mas sim a que não se adquire fora da escola. Em suma, uma forma de cultura acessível somente por intermediação da escola. Essa historiografia francesa, ao partir de tais definições de cultura escolar para se debruçar na história das disciplinas escolares, demonstra forte apreço e interesse em analisar as práticas educativas e em comparar os currículos prescritos com os currículos reais, seja na apropriação que deles fazem os alunos, seja pelos modos de seleção didática por parte dos professores. A visão apresentada por essa matriz francesa implica na ampliação do leque de fontes possíveis para o estudo histórico das disciplinas escolares, necessárias para a percepção dos nexos propostos. Assim, entram em cena fontes como publicações pedagógicas e didáticas, programas de ensino, legislação, além de avaliações, cadernos escolares, exercícios e material iconográfico.

Antonio Viñao, em texto publicado na Revista Brasileira de História da Educação em 2008, indica alguns caminhos e apontamentos que devem ser levados em consideração

nas pesquisas relacionadas à história das disciplinas escolares. Primeiramente, em consonância com Julia, a história das disciplinas escolares não pode se basear apenas nos currículos, conteúdos programáticos e manuais didáticos, pois esses representam um ponto de vista oficial, e muitas vezes deslocado ou conflitante com a realidade cotidiana do ensino nas escolas. É necessário que a análise desse currículo prescrito ou formal seja ampliada e nela se insiram outros tipos de materiais utilizados no processo educacional. Viñao, bebendo na vertente inglesa, indica que as disciplinas escolares são construções sócio históricas, ou como afirmam Hobsbawn e Ranger (1984), tradições inventadas historicamente. As disciplinas são feitas e refeitas na prática cotidiana e na interação entre professores e alunos, necessitando de um discurso de legitimidade, bem aos moldes da relação foucaultiana saber/poder. Para Viñao, as disciplinas escolares são um campo de poder social e acadêmico, alvo de muitas disputas e apropriações por grupos de professores, de espaços sociais e acadêmicos.

Antonio Viñao aponta que o elemento chave de organização e ordenação de uma disciplina escolar é o chamado código disciplinar. Segundo o autor,

trata-se de um código cujos componentes se transmitem de uma geração a outra, dentro de uma comunidade de proprietários do espaço acadêmico reservado, graças aos já resenhados mecanismos de controle da formação da seleção e do trabalho ou tarefa profissional. Quais são tais componentes? Basicamente três: um corpo de conteúdos (saberes, conhecimentos, destrezas, técnicas, habilidades), um discurso ou argumentos sobre o valor formativo e a utilidade dos mesmos.

(Viñao, 2008, p. 206)

Esse código disciplinar legitima as disciplinas escolares e dentre as várias existentes, há uma hierarquia. Quanto mais *status* possuir e legitimidade apresentar, mais importância essa disciplina possui. Em linhas gerais, essa importância é dada pela aceitação social e acadêmica de seus discursos.

Na esteira dos pensadores vinculados à história das disciplinas escolares e objetivando entender a construção histórica e a escolarização da disciplina denominada Desenho no âmbito da Escola Normal de Belo Horizonte, faz-se necessário, agora, analisar o processo de implantação das Escolas Normais em Minas Gerais, em especial, da Escola Normal de Belo Horizonte e apontar alguns aspectos do desenvolvimento dos seus conteúdos curriculares.

O ENSINO NORMAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

As escolas normais existem no Brasil desde 1834 quando, por meio do Ato Adicional aprovado pela Lei nº 16, de 12 de agosto daquele ano, houve uma preocupação específica com a formação de professores, visto que cada província passou a ser responsável pela organização e administração de seus sistemas de ensino. Segundo Ferreira,

no Brasil, a partir da década de 1830, iniciou-se um processo de institucionalização da profissão docente com a criação das primeiras escolas normais. Pode-se constatar que, a partir do ato adicional de 1834, muitas escolas normais foram criadas em várias províncias: Minas Gerais e Rio de Janeiro (1835), Bahia (1836) e São Paulo (1846).

(Ferreira, 2010, p.35)

Na Escola Normal do Rio de Janeiro o ensino visava uma formação calcada nos princípios da moral cristã e tinha como base as práticas de leitura e escrita, o trabalho com as quatro operações aritméticas, as noções de Geometria, os elementos da Geografia e a gramática da língua pátria. Em 1859, por meio da Lei nº 1.127, de 4 de fevereiro, aprovou-se uma nova organização dos conteúdos, que foram distribuídos em três cadeiras distintas. A cadeira nº 2, voltada para os conhecimentos matemáticos, englobava as disciplinas Aritmética, Álgebra, noções de Geometria teórica e prática e o Desenho linear. Entre 1868 e 1876 ocorreram mudanças na direção da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, caracterizadas pela modernização dos conteúdos, métodos e materiais pedagógicos, objetivando a substituição de uma prática docente artesanal por uma mais profissional (Ferreira, 2010, p.37). Nessa busca por modernização e profissionalismo, uma nova organização dos currículos e conteúdos foi apresentada por meio do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, indicando o ensino do Desenho linear e a Caligrafia como disciplinas pertencentes à mesma cadeira. Em 1880 foi instalada a Escola Normal da Corte, no Rio de Janeiro, oficializada pelo Decreto nº 7.684, de 06 de março do mesmo ano. Foi uma instituição gratuita, voltada para ambos os sexos, e seu ensino, de orientação positivista, estava organizado em dois cursos, o de Ciências e Letras e o de Artes. O curso de artes era composto pelas seguintes disciplinas: Caligrafia e Desenho linear, Música vocal, Ginástica, e Trabalhos de agulha (Ferreira, 2010, p.38).

Em Minas Gerais, a formação de professores ganhou mais destaque e visibilidade com a promulgação da Lei nº 13, de 28 de março de 1835. Essa Lei regulamentou a instrução pública mineira e através da sua promulgação abriu-se a possibilidade da criação das escolas normais, sendo a primeira fundada em 1840 na então capital de Minas Gerais, Ouro Preto. As aulas de Desenho Linear na Escola Normal de Ouro Preto ficavam a cargo do renomado pintor Honório Esteves, que ingressou na referida instituição em 1891. O ensino por ele ministrado,

conforme anotações lançadas nos diários de classe utilizados por Honório Esteves referentes ao ano letivo de 1896, as aulas de Caligrafia, 1º e 2º anos, e Desenho, 3º e 4º anos, tinham frequência de uma aula por semana. Constam nos diários de classe registros dos objetos de cada lição, a saber:

- a) A lição de Desenho geométrico do 3º ano compreendia: Exposição sobre desenho; retângulos e linhas retas; ângulos e triângulos; losango e hexágono; espirais de 2 e 3 centros; linhas convergentes, quadrado, linhas divergentes.
- b) A lição de Desenho geométrico rigoroso do 3º ano compreendia: Cópia de modelos; cópia de estampas geométricas.
- c) A lição de Desenho figurado do 4º ano compreendia: Cópia de modelos de estampas; desenho de figuras – cópia de estampas; Perspectivas – Explicações sobre a matéria.

(Gianetti, 2015, p.90)

Em linhas gerais, o desenho nas escolas normais, principalmente as mineiras, nas décadas finais do século XIX, mesclava uma parte de conteúdos de desenhos artísticos e de observação com atividades ligadas à Geometria. As prescrições oficiais e a legislação da época indicavam a utilização do desenho geométrico em um viés utilitarista, condizente com o objetivo de formação de mão de obra qualificada para o trabalho industrial. Entretanto, algumas experiências com desenhos artísticos, como as cópias de retratos de figuras históricas importantes e de paisagens, permitem perceber a influência de técnicas e modelos de ensino difundidos nas Academias de Belas Artes pois, como no caso de Honório Esteves em Ouro Preto e Antônio Correa e Castro e Aníbal Mattos em Belo Horizonte, os professores designados para lecionar nas escolas normais possuíam sólida formação acadêmica, o que poderia acarretar a transposição do que aprenderam nas academias de Belas Artes para a sua prática docente.

A CONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA DESENHO NA ESCOLA NORMAL DE BELO HORIZONTE

O pensamento educacional do início do século XX indicava a necessidade de formação de um professor apto a atuar nas escolas primárias de Minas Gerais. O perfil desejado desse profissional seria o de um sujeito habilitado pedagogicamente para bem formar as novas gerações, e com atributos morais ilibados que o tornassem um bom exemplo ao alunado mineiro. Ademais, a inauguração de Belo Horizonte em 1897, cidade construída com base nos ideais republicanos, ajudava a reforçar a ideia de formação de uma nação civilizada, ordeira, organizada e que valorizava sobremaneira o trabalho. Dessa maneira, o sistema educacional deveria ser organizado e pensado enquanto símbolo do republicanismo e espaço privilegiado para a constituição de uma nova cultura urbana, compartilhada por cidadãos civilizados, e difundida por meio das escolas. Imbuídos desse espírito modernizador, os governantes mineiros procuraram formas de oferecer uma educação distinta, que contemplasse a formação de cidadãos aptos a inserir o país no rol das grandes nações industrializadas. Foram então pensadas e propostas mudanças e reformas no ensino nos diversos níveis, com destaque para o ensino normal, essencial para o cumprimento dos objetivos mencionados acima, pois formaria os profissionais que conduziram a educação no caminho desejado. Nesse sentido, em 28 de setembro de 1906, foi promulgada a Lei nº 439, aprovando a reforma do ensino primário e normal do Estado de Minas Gerais e indicando, à Escola Normal, a função de ser um instituto de educação intelectual, moral e física. Em linhas gerais, o objetivo dessa reforma, também conhecida como Reforma João Pinheiro³, era produzir uma escola imbuída dos ideais republicanos, com ênfase no mobiliário adequado, nas novas metodologias de ensino, turmas seriadas, professores bem preparados e na incorporação dos fiscais, para controle da qualidade do serviço prestado. Como decorrência, a mesma lei criou a Escola Normal da Capital. Nos primeiros anos de seu funcionamento, o curso oferecido possuía duração de três anos e se organizava conforme o seguinte quadro de distribuição das matérias:

³ João Pinheiro (1860-1908) governou Minas Gerais em dois períodos: no ano de 1890 e entre 1906 e 1908.

Quadro 1: Quadro de matérias ofertadas na Escola Normal

1º ano	2º ano	3º ano
Português, Aritmética, Desenho , Música, Trabalhos de agulha.	Português, Frances, Geometria, Geografia, História, Educação Moral e Cívica, Música, Desenho , Trabalhos de Agulha.	Noções gerais de Física, Química, História natural e higiene, Aritmética comercial, Escrituração mercantil, Música, Desenho , Trabalhos de Agulha.

Fonte: Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, Minas Gerais.

O ano letivo estava compreendido entre os dias 15 de fevereiro e 14 de novembro, com as aulas iniciando às 7 horas e terminando às 12 horas. As aulas duravam em média 60 minutos, com um intervalo de 15 minutos entre uma e outra. Percebe-se a presença do Desenho nos três anos do curso e, segundo o artigo 143, o programa de ensino deveria abranger,

em relação ao desenho, além do desenho linear mais ou menos completo, o desenho a mão livre, fornecendo-se esclarecimentos e regras para o conhecimento e execução do desenho, educando o gosto artístico e despertando o gênio inventivo. Ideias do claro e escuro e das variedades de desenho artístico, fazendo desenhar ao natural sem imitações servis e dando regras sobre o melhor modo de aproveitar e de dispor a luz. Sombras. Efeitos de luz direta e de luz refletida. Perspectiva. Natureza morta e viva.

(Minas Gerais, 1906, art. 143)

Conforme visto anteriormente, o ensino de Desenho nas escolas normais mineiras era, basicamente, voltado para o desenho geométrico. Entretanto, a partir do citado Decreto, indicou-se o ensino de desenho linear e à mão livre, com conteúdos e objetivos que, de alguma maneira, principalmente no desenho à mão livre, se distanciavam da prática de desenho geométrico. Mas essa disciplina, por conter o desenho linear, ainda não era totalmente artística e mantinha alguns resquícios dos desenhos de caráter geométrico. Percebe-se no desenho à mão livre a ênfase em um modelo acadêmico de ensino, no qual as noções de perspectiva, os efeitos de luz e sombra e as composições relacionadas aos temas da natureza exerciam um papel destacado. Ressalte-se também a ênfase na formação estética das alunas, cujo gosto artístico deveria ser educado e a capacidade inventiva e criativa das futuras professoras deveria ser trabalhada. Para auxiliar nessa tarefa, o professor responsável por ministrar as aulas de Desenho foi o pintor Antônio Correa e Castro. Nascido em Vassouras em 1848, sua formação acadêmica se iniciou no Rio de

Janeiro e continuou na Europa, tendo morado e estudado em Paris e em Milão. Faleceu em 1929, no Rio de Janeiro.

No primeiro ano as aulas de Desenho eram ministradas duas vezes por semana. No segundo ano, apenas uma vez e no terceiro ano, novamente duas vezes por semana. Segundo o Decreto nº 1.982, de 18 de fevereiro de 1907, que aprovou o regimento interno da Escola Normal da Capital, o professor de Desenho, tendo

abolido os modelos impressos, se esforçará por que suas alunas copiem sempre a natureza, dando lhes iniciativa e liberdade de interpretação da mesma, de modo a fazerem do desenho sua forma de expressão. Não terão, entretanto, necessidade de detalhes a princípio, e copiarão os modelos naturais pelo conjunto, para, com o desenvolvimento do exercício da vista, da atenção e da observação, chegarem mais tarde às particularidades das linhas, sombras e perspectivas, que o professor ira progressivamente fazendo conhecidas. Somente por esse modo ficarão as discípulas do desenho senhoras de uma arte, que frequentemente e sem dificuldade, possam aplicar a várias necessidades e usos da vida prática, transmitindo-a, por sua vez, aos seus alunos com essas mesmas vantagens.

(Minas Gerais, 1907, dec. 1.982)

Nota-se a ênfase dada a não utilização dos modelos impressos ou estampas, que eram cópias impressas de grandes obras de arte ou reproduções gráficas de composições diversas, utilizadas nas aulas de desenho de observação. Segundo a orientação citada, as alunas deveriam fazer os desenhos de observação ao ar livre e com liberdade de interpretação. Essa indicação poderia ter uma finalidade apenas didática, mas possivelmente há relação com as práticas higienistas presentes na Escola Normal nas primeiras décadas do século XX. Uma das práticas usuais era, por exemplo, fazer com que as aulas de música fossem realizadas ao ar livre para melhor trato do aparelho respiratório, a fim de evitar a tuberculose (Neiva, 2008). Ainda nessas recomendações, o texto indica uma progressão do desenvolvimento das habilidades em relação ao desenho, partindo de traços mais simples para os mais complexos, culminando com as representações em perspectiva. Somente assim, as alunas seriam consideradas “senhoras de uma arte”, que as auxiliaria em várias outras atividades cotidianas, algo como um saber fundamental e que certamente seria utilizado ou contribuiria para além das atividades relacionadas aos ambientes escolares. Pode-se pensar essa recomendação na ótica utilitarista do desenho, pois uma sociedade que possuísse esses saberes de forma ampla, estaria mais apta ao sucesso industrial, seja pelo ponto de vista do desenvolvimento estético associado à civilização, seja apenas instrumental.

Em 31 de maio de 1910 foi promulgado o decreto nº 2.836, que aprovou o regulamento e reorganizou as escolas normais do Estado. Nesse decreto, a Escola Normal da Capital foi elevada ao nível de Escola Normal Modelo e, dessa forma, todas as demais escolas normais de Minas Gerais deveriam adotar e seguir as normas, a organização, os processos e programas de ensino da escola da capital. A cadeira de Desenho passou a se chamar Desenho e Caligrafia e era ministrada nos três anos. Nota-se a existência de uma cadeira de Geometria e Desenho linear, numa clara separação entre esses campos do saber no currículo do segundo e do terceiro ano. Para o ensino do Desenho, o texto oficial apregoava que, uma vez

abolidos os modelos impressos, as alunas começando pelos objetos de linhas retas e formas mais simples, copiarão sempre a natureza, tendo iniciativa e liberdade de interpretação da mesma, de modo a fazerem do desenho sua forma de expressão. Não terão, entretanto, necessidade de detalhe a princípio, e copiarão os modelos naturais pelo conjunto, para, com o desenvolvimento do exercício da vista, da atenção e da observação, chegarem mais tarde às particularidades das linhas, sombras e perspectivas que o professor irá progressivamente fazendo conhecidas. Copiarão, finalmente, as coisas animadas e se exercitarão em pintura. Todo o trabalho a mão livre (...).

(Minas Gerais, 1910, dec. 2.836)

Percebe-se que essas recomendações são, em sua maior parte, as mesmas do Decreto nº 1.982, de 18 de fevereiro de 1907. O texto de 1910, assim como o de 1907, indica o desenvolvimento sequencial dos conteúdos, baseado no nível de dificuldade técnica e de execução; enfatiza as cópias da natureza como espaço para a liberdade de interpretação em detrimento das cópias dos modelos impressos; e aponta o desenvolvimento dos órgãos do sentido, no caso a visão e o tato, pelo uso das mãos, em um modelo de educação bastante usual na Escola Normal da Capital voltado para a educação estética e educação dos sentidos. As grandes mudanças presentes no texto de 1910 foram: a indicação dos desenhos de seres ou objetos animados como o último grau de dificuldade no que se refere aos desenhos de observação e a indicação dos exercícios em pintura, técnica mais complexa do que o desenho à mão livre, normalmente feito a lápis. Essas indicações genéricas não permitem perceber os conteúdos específicos que deveriam ser desenvolvidos no decorrer dos três anos de curso normal, mas, em linhas gerais, demonstram a opção por uma prática artística e pedagógica de orientação academicista, pois enfatizam os desenhos

de observação e a aplicação de técnicas voltadas para a valorização das luzes, sombras e perspectivas, culminando com a prática da pintura.

Em 03 de março de 1914 foi publicado o Decreto nº 4.139, que aprovou os programas das disciplinas ofertadas na Escola Normal Modelo para o referido ano letivo. Dentre as várias disciplinas, encontra-se a denominada Desenho e caligrafia, ainda ocupada pelo professor Antônio Corrêa e Castro, responsável pela elaboração do programa:

1º Ano

Cópia ao natural, sem sombra e sem perspectiva, de objetos isolados, comuns e usuais, em cuja forma predominem as linhas retas, como sejam: régua, lápis, o quadro negro, uma lousa, livros, uma caixa de charutos, etc. – cópia ao natural sem sombra e sem perspectiva de objetos comuns e usuais, bem simples, formados de linhas retas e curvas, como sejam: Um balde, uma garrafa, um copo, uma xícara, um vaso de flores, etc. Exercícios de caligrafia, pelos modelos mais simples.

2º ano

Cópia ao natural, com sombra de coisas inorgânicas simples, em que predominem linhas retas, depois retas e curvas. – cópia ao natural, com sombra, de coisas orgânicas, como flores, folhas frutas etc. – Exercícios de caligrafia, pelos modelos mais variados.

3º ano

Cópia ao natural, de coisas animadas, com sombra, a princípio de formas simples, depois complexas – cópia ao natural de objetos inanimados e animados, com sombra e perspectiva, aperfeiçoando estas mais a mais. Em todos os trabalhos gráficos será empregado exclusivamente o lápis de grafite, ficando facultativo o aprendizado de pintura. Exercícios de caligrafia, completando a prática de todos os modelos aprendidos.

Exames – As provas de exames constarão de duas partes, em qualquer ano do curso, uma de desenho e outra de caligrafia, sendo os modelos tirados a sorte, de acordo com o programa.

(Minas Gerais, 1914, dec. 4.139)

Percebe-se, pelos conteúdos desse programa, que os mesmos seriam ministrados de maneira progressiva e que, no primeiro ano, poderiam ser trabalhados em proximidade com os desenhos geométrico ou linear, visto a predominância das linhas retas no programa. Outro fator importante é a ênfase, em quase todos os anos, das cópias ao natural, sem, no entanto, dar destaque na liberdade interpretativa ou na inventividade das alunas, como prescrito no início da década de 1910. Como não houve, legalmente, alteração no direcionamento pedagógico no que se refere ao ensino do desenho, e sabendo-se que as cópias de impressos e repetições não eram recomendadas, pode-se supor que foi dada, ao professor Corrêa e Castro, autonomia para definir o que e como seriam trabalhados os conteúdos da disciplina, considerada a indicação precisa dos objetos a serem desenhados.

Importante ressaltar nesse programa a possibilidade da pintura, para além dos desenhos em grafite.

Em 1918, foi publicado o decreto nº 4.955, que trouxe o Programa de Desenho e Caligrafia para as escolas normais do estado, elaborado pelo também pintor formado na Escola Nacional de Belas Artes, professor Aníbal Mattos, que substituiu Correa e Castro no ano anterior. O programa indicado foi o seguinte:

1º ano

- I – cópia ao natural à linha nítida e com marcações de claro e escuro de sólidos geométricos e de objetos em que predominem linhas retas.
- II – idem, idem à linha nítida e com marcações de claro e escuro de sólidos e objetos em que predominem linhas curvas.
- III – caligrafia das letras maiúsculas sem haste.
- IV – idem, idem com haste.
- V – cópia do natural de formas simples em grupo, a linha nítida e com marcação de claro e escuro.
- VI – cópia do natural de objetos de formas várias com aplicação de todas as graduações de sombra e valores: luz, meia tinta, sombra e reflexo.
- VII - cópia do natural de objetos de uso de forma simples com sombras.
- VIII – cópia do natural de ornatos simples e de flores, com sombras.
- IX – cópia do natural de detalhes do corpo humano – olhos, nariz, boca e orelhas.
- X – caligrafia de letras maiúsculas, tipos diversos.
- XI – caligrafia de palavras, com letras maiúsculas e minúsculas, tipo bastardo.
- XII – cópia do natural de bustos facetados.
- XIII – exercícios caligráficos de memória.
- XIV – desenho de memória de objetos estudados em aula.
- XV – desenho no quadro negro, de memória e de figuras de forma simples, com tempo marcado.

2º ano

- I – cópia do natural, em grupos, de objetos de forma complexa.
- II – cópia do natural de frutos, flores e folhagens. Modelos de gesso e animados.
- III – caligrafia de palavras, com letras maiúsculas em bastardinho.
- IV – cópia do natural de objetos de uso de forma complexa.
- V – cópia do natural de objetos em perspectiva e escoreço.
- VI – cópia do natural de objetos de uso de forma complexa.
- VII – caligrafia de palavras e frases em cursivo.
- VIII – idem, idem de letras maiúsculas de fantasia.
- IX – desenho de memória de objetos não estudados em aula.
- X – aplicação de caligrafia sem modelos.
- XI – desenho de partes do corpo humano, compreendendo troncos, cabeças e bustos (modelos clássicos).
- XII – caligrafia de letras maiúsculas de fantasia.
- XIII – cópia do natural de extremidades – pés e mãos.
- XIV – cópia do natural de figuras de baixo relevo – figuras e ornatos.
- XV – desenhos no quadro negro de objetos de várias formas e de memória. Exercícios de agilidade a tempo marcado.

Observações:

Os estudos do 2º ano serão todos executados com aplicação de sombras, por modelos de gesso, madeira etc., e diretamente da natureza todas as vezes que for possível.

(Minas Gerais, 1918, dec. 4.955)

O programa elaborado por Mattos aparenta ser mais complexo do que o elaborado por Correa e Castro, por trazer em suas linhas elementos e técnicas mais refinadas, mesmo sendo o Desenho ministrado em apenas dois anos. Apesar dos programas anteriores também serem de ordem academicista, o de Mattos dá mais ênfase em algumas técnicas e metodologias de ensino provenientes das Academias de Belas Artes. Como exemplos, temos as cópias de bustos, de sólidos geométricos, os estudos de sombras variadas, os detalhes do corpo humano, as técnicas de perspectiva e esboço, além do retorno dos desenhos de ornatos, presentes nos currículos dos liceus e das academias. O Programa recomendava, inclusive, a utilização de modelos de gesso ou madeira nos estudos de sombras e de iluminação. Outra mudança metodológica implementada por Mattos foi a utilização de atividades que exercitavam a memória e os desenhos no quadro negro com tempo marcado. Essa última atividade demonstra certo dinamismo e acirra a competitividade, que era muito presente na Academia Nacional de Belas Artes, onde Mattos havia participado ativamente de vários concursos.

Em março de 1925, o Decreto nº 6.831 aprovou um novo regulamento de ensino para as escolas normais mineiras. Por meio dele ficou estabelecido que o ensino normal passaria a contar com dois cursos, o Fundamental e o Normal. O primeiro tinha por finalidade complementar o ensino primário e serviria como preparação para o ingresso na escola normal. Esse curso possuía a disciplina denominada Desenho, proveniente da cadeira *Aritmética prática, desenho e caligrafia*. Por sua vez, o curso denominado Normal seria ministrado em quatro anos e a disciplina Desenho Figurado e caligrafia seria ofertada nos dois primeiros anos. No mesmo dia, foi também publicado o Decreto nº 6.832, aprovando os programas de ensino desses cursos. A disciplina Desenho, no curso fundamental, tinha as seguintes indicações:

1º ano

1º Grau – desenho de linhas retas e curvas. Desenho dos contornos de objetos inanimados, comuns, em que predominem as linhas retas. – cópia do natural.

1º passo: traçar a mão livre linhas retas e curvas. Exercícios no quadro negro e na ardósia.

2º passo: desenhos de contornos de objetos comuns: esquadros, plainas, graminhos, compassos e outras ferramentas.

Processo: o professor fará no quadro negro desenhos do natural e os alunos acompanharão a lição, copiando na ardósia quadriculada o desenho do mestre.

Em casa, os alunos repetindo a lição do dia, traçarão em folhas avulsas ou em cadernos apropriados, os mesmos desenhos, a lápis.

2º Grau – desenho de objetos inanimados em que predominem as linhas curvas.

1º passo – contorno dos objetos (baldes, vasos, garrafas, chapéus).

2º passo – colorido dos desenhos feitos com marcação de claro/escuro. Noções de cores e de combinações.

3º passo – desenhos dos passos anteriores pelos alunos com modelos naturais.

4º passo – desenho do natural, pelos alunos, de objetos tais como chávenas, bules, colheres, taças que se prestem ao estudo das proporções. Colorido. Exercícios elementares de sombras.

Processo: nos primeiros passos, o professor adotará o processo do 1º grau. Do terceiro em diante os alunos agirão por si mesmos e o docente só intervirá para as correções e para guiá-los nas dificuldades novas que surgirem. Trabalho em casa.

3º grau – desenho do natural de coisas de natureza orgânica – folhas, flores simples, frutos, plantas, etc.

1º passo: desenhos dos contornos gerais.

2º passo – coloração dos mesmos. Exercícios elementares de perspectiva fornecida pelo sombreado das partes menos iluminadas dos objetos.

Processo: o mesmo do grau anterior. Exercícios em casa.

2º ano

(recapitulação abreviada dos graus anteriores)

4º grau – desenho de animais cuja expressão vital seja de fácil representação: peixes, insetos, aves, moluscos, aracnídeos etc. modelos fornecidos pelo museu da escola.

Estudo de proporções.

1º passo – desenho de contornos gerais nas devidas proporções.

2º passo - desenho mais particularizado.

3º passo – estudo de sombras e coloridos.

Processo: o professor fará a iniciação dos alunos sempre que se tratar de novidade, vencidas as primeiras dificuldades, respeitar-lhes-á a iniciativa, auxiliando-os exercícios em casa.

5º grau – desenhos completos de objetos já conhecidos, mas agora agrupados de várias maneiras. Sistematização do estudo da perspectiva pelos processos mais fáceis e práticos: Os dos vidros ou espelhos, aconselhados por Spencer, por exemplo, ou outro de demonstração prática.

1º passo – delineamento dos contornos gerais.

2º passo – desenho das linhas secundárias.

3º passo – sombras, colorido, etc.

4º passo – retoques finais.

Processo – o mesmo do grau anterior. Exercícios em casa. Os modelos serão escolhidos livremente pelos alunos.

6º grau – desenho de animais cuja representação seja mais difícil: cães, gatos, bois, cavalos, etc.

- 1º passo – desenho dos contornos gerais.
- 2º passo – desenho das linhas secundárias.
- 3º passo - sombras, proporções, perspectivas.
- 4º passo – retoques e acabamentos.

Processo – Cópias de desenhos e gravuras, a giz, no quadro negro pelo mestre. Repetição pelos alunos. Reprodução nas ardósias. Trabalhos em casa, a lápis. Quando os alunos estiverem senhores da técnica, o docente exigira desenhos tomados do natural e desenhos de imaginação, sempre a escolha dos alunos. Na escolha dos primeiros modelos, o professor devera preferir os mais fáceis. Exercícios de sombra e perspectiva. Na última quinzena haverá concurso de provas sobre a matéria ensinada nos dois anos do curso fundamental.

(Minas Gerais, 1925, dec. 6.832)

A análise desse extenso e detalhado programa permite perceber algumas nuances do ensino do desenho nessa modalidade da Escola Normal. A primeira delas é a proximidade do desenho artístico com as premissas do desenho linear de viés geométrico, com a prescrição de desenhos através de linhas ou curvas e da utilização das superfícies quadriculadas para a realização dos mesmos. Outra nuance é a função do professor como mediador ou guia do processo de aprendizagem, numa clara referência aos ideais escolanovistas presentes no debate educacional no período. O ensino continuou seguindo algumas premissas advindas das academias, como a utilização de vários modelos e a transmissão hierarquizada de saberes, passando do mais simples para o mais complexo, culminando com o desenho de imaginação.

Por sua vez, o programa do curso denominado Normal possuiu os seguintes conteúdos e orientações:

1º ano

Recapitulação abreviada da matéria ensinada no curso fundamental. Logo que os alunos tenham revisto a parte principal desse curso, o professor passara a execução do seguinte programa:

1º grau

Desenho de paisagens simples em que só entrem coisas inanimadas. Estudo de sombras, de proporções e de perspectivas.

1º passo – estudo das linhas principais e dos planos.

2º passo – estudo das sombras e dos seus efeitos artísticos.

3º passo – retoques e acabamentos.

2º grau

Desenho de paisagens mais complicadas em que entrem seres animados. Estudo de perspectivas e sombras.

1º passo – estudo das linhas principais constitutivas do esboço.

2º passo – estudo das figuras, suas dimensões, conforme o plano que ocupam. Perspectiva

3º grau

Desenho de figuras humanas em repouso. Das principais partes do corpo humano, proporções das mesmas entre si.

4^o grau

Exercícios de desenho dos graus diferentes do curso fundamental, variando-se os respectivos modelos

5^o grau

Processo: Os primeiros exercícios de cada passo serão executados pelo professor no quadro negro e copiados na ardósia quadriculada, pelos alunos. Logo que esses tenham vencido as primeiras dificuldades, passarão ao exercício de cópias a lápis de modelos gravados, feitos em folhas avulsas ou em cadernos especiais. Quando os alunos tiverem de posse da técnica no que ela tem de essencial, passarão ao desenho de modelos a sua escolha. Ao lado dos exercícios novos, o professor exigirá que os alunos voltassem, frequentemente, a repetição do que ficou ensinado, de modo a consolidar os conhecimentos adquiridos e estabelecer o hábito de desenhar depressa.

Nota: O ensino do desenho nas escolas normais não se destinara a formação de artistas. Visa apenas fornecer as futuras professoras um instrumento inestimável de trabalho, dotando-as de um meio fácil de transmissão do pensamento de modo a evitarem longas e fastidiosas descrições, nem sempre acessíveis as inteligências infantis. Além disso, o desenho exerce sobre as crianças uma atração a que raras resistem. Um desenho qualquer no quadro negro é um meio seguro de despertar e manter a atenção dos escolares.

As lições devem seguir a seriação do programa e o professor só passará ao grau imediatamente superior depois de estarem os alunos bem treinados no antecedente. Os modelos deverão ser escolhidos dentre os objetos mais comuns com os quais estejam os alunos muito familiarizados. Os primeiros exercícios compreendem desenhos bem nítidos dos contornos gerais e só quando bem conhecidos, estes virão os exercícios de claro-escuro, de sombras e de perspectiva. Tanto quanto possível será respeitada a espontaneidade do aprendiz e, uma vez que tenha vencido as dificuldades de cada passo, ser-lhe-á facultado o desenho de memória e o de imaginação.

2^o ano

1^o grau

Desenho de paisagem: estudo de distribuição de luz e sombras para o efeito artístico. Perspectiva: estudo dos planos e proporções das figuras.

2^o grau

Desenhos de figuras humanas em atitudes variadas, em movimento, copiadas, a princípio de gravuras e modelos e depois do natural.

3^o grau

Estudos da fisionomia humana e dos traços necessários a expressão das emoções. Aplicações à caricatura.

4^o grau

Desenho de indumentária, com sombras para os efeitos de perspectiva.

5^o grau

Processo. – Muitos exercícios a lápis. Exercícios cotidianos de desenho a giz no quadro negro, recapitulando os graus anteriores e principalmente de flores, plantas, frutos, vestes, mobiliários, utensílios, figuras humanas, de animais, de pequenas cenas de fácil interpretação. Exercícios em casa.

6^o grau

Para a cultura estética dos alunos, o professor, desde que disponha de material apropriado, fará em aula a exposição de boas cópias de artistas consagrados, nacionais e estrangeiros, acompanhando a exposição de uma ligeira crítica artística. Recapitulação da matéria dada no 1º ano.
(Minas Gerais, 1925, dec. 6.832)

Para o chamado ensino normal, percebe-se, também, a manutenção do viés academicista, com os alunos reforçando o que foi estudado no curso fundamental, com muitos exercícios e práticas de desenho cotidianas, em que se enfatizavam as paisagens, os usos das sombras, das perspectivas e de partes do corpo humano. Outro ponto a ser destacado é o retorno das cópias baseadas em gravuras, que foram abolidas nas décadas passadas. No que diz respeito aos desenhos das fisionomias humanas, é importante ressaltar o destaque dado às indumentárias e às caricaturas, visto que seria necessário que os alunos interpretassem pequenas cenas de fácil compreensão. A metodologia de ensino basear-se-ia na repetição exaustiva dos desenhos, com dificuldade progressiva, culminando com a rapidez na execução das obras. Apesar de o conteúdo programático ser bastante amplo, o objetivo dessas aulas de desenho não seria a formação de artistas, conforme a legislação mencionada. Segundo o texto legal, as habilidades adquiridas pelas futuras professoras poderiam ser utilizadas como metodologias didáticas, não apenas nas aulas específicas de desenho, mas nas demais disciplinas, pois “um desenho qualquer no quadro negro é um meio seguro de despertar e manter a atenção dos escolares”. Outro ponto a ser destacado é a orientação dada aos professores de Desenho no que diz respeito à formação estética dos alunos, visto que deveriam ser expostas obras, em sua maioria cópias, de artistas consagrados nacionais e estrangeiros, transformando assim a escola num local de transmissão não somente de técnicas artísticas, mas de circulação de obras e de autores reconhecidos em todo o mundo.

A pesquisa na Coleção de Leis e Decretos mineiros, pertencente ao Arquivo Público Mineiro e na base de dados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais não apontou nenhuma alteração, programa de curso ou nova legislação referente ao ensino normal de Minas Gerais até o ano de 1946, quando, através do Decreto Lei nº 1.666, a Escola Normal de Belo Horizonte foi transformada em Instituto de Educação de Minas Gerais.

CONCLUSÃO

Analisando a legislação entre 1906 e 1946, alguns movimentos podem ser observados. Primeiramente, a disciplina Desenho englobou tanto o desenho artístico quanto o geométrico nos primeiros quatro anos desse recorte temporal, sendo seu ensino pensado de maneira utilitarista. Somente em 1910, esses saberes foram separados, pois a disciplina Desenho foi desmembrada em Geometria e desenho linear e Desenho e caligrafia. A partir de então, as duas disciplinas caminharam de maneira independente, sendo que coube ao Desenho e caligrafia uma formação mais artística. Esse viés artístico, de orientação academicista, tem seu período de maior circulação a partir da segunda metade da década de 1910, quando o pintor Aníbal Mattos assume a cadeira de Desenho na Escola Normal de Belo Horizonte. Entretanto, mesmo com a predominância e orientação curricular do ensino do desenho artístico com matizes oriundos das academias de belas artes, diversos elementos e práticas cotidianas relacionadas ao desenho geométrico se fizeram presentes na referida Escola Normal. Materiais didáticos como livros e apostilas foram utilizados pelos professores que lecionaram a disciplina, assim como obras de referência sobre o ensino do desenho linear e geométrico estavam presentes no acervo da biblioteca da instituição. Além desse material impresso, relatos de professores contidos nos diários de classe das várias turmas de Desenho e a produção das alunas dessas turmas indicam uma circulação efetiva dos conteúdos do desenho geométrico. Dessa maneira, pode-se perceber que os professores de Desenho entendiam que o desenho geométrico seria importante na formação das professoras mineiras, optando, didaticamente, por ampliar e até mesmo contrariar o currículo prescrito. Dessa forma, apesar do currículo prescrito indicar a separação do desenho artístico do geométrico, o currículo real, de acordo com fontes encontradas nos arquivos da antiga Escola Normal de Belo Horizonte, aponta para o uso concomitante desses saberes legalmente distanciados. Nesse sentido, pode-se concluir que, a despeito das recomendações e prescrições advindas dos currículos oficiais, a permanência do desenho geométrico é observada nas práticas e no cotidiano das aulas de Desenho ofertadas na Escola Normal de Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Chervel, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n° 2, 177-229.

Ferreira, R. C. O. (2010). *Escola Normal da Capital: Instalação e organização (1906-1916)*. Minas Gerais-Belo Horizonte: UFMG. Dissertação (Mestrado em Educação).

Gianetti, R. (2015). *Ensaio para uma história da arte de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Goodson, I. F. (1995). *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis: Vozes.

Hobsbawm, E.; Ranger, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, Editora Autores Associados, jan/jul, 1.

Neiva, I. K. A. (2008). *Educação musical escolar: O canto orfeônico na Escola Normal de Belo Horizonte (1934-1971)*. Minas Gerais-Belo Horizonte: UFMG. Dissertação (Mestrado em Educação).

_____. (2016). *O ensino do Desenho na Escola Normal de Belo Horizonte (1906-1946)*. Minas Gerais-Belo Horizonte: UFMG. Tese (Doutorado em Educação).

Viñao, A. (2008). A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*. 18.

Legislação encontrada na Coleção de Leis e Decretos do Arquivo Público Mineiro

Brasil. Lei n° 16, de 12 de agosto de 1834.

Brasil. Lei n° 1.127, de 4 de fevereiro de 1859.

Brasil. Decreto n° 7.247, de 19 de abril de 1879.

Brasil. Decreto n° 7.684, de 06 de março de 1880.

Minas Gerais. Lei n° 13, de 28 de março de 1835.

Minas Gerais. Lei n° 439, de 28 de setembro de 1906.

Minas Gerais. Decreto n° 1.960, de 16 de dezembro de 1906.

Minas Gerais. Decreto n° 1.982, de 18 de fevereiro de 1907.

Minas Gerais. Decreto n° 2.836, de 31 de maio de 1910.

Minas Gerais. Decreto nº 4.139, de 03 de março de 1914.

Minas Gerais. Decreto nº 4.955, de 03 de abril de 1918.

Minas Gerais. Decreto nº 6.831, de 20 de março de 1925.

Minas Gerais. Decreto nº 6.832, de 20 de março de 1925.

Minas Gerais. Decreto Lei nº 1.666, de 28 de janeiro de 1946.